

Conheça as Diretorias Jurídicas da DS/BH e do Sindifisco Nacional



JURÍDICO

Diretoria Jurídica DS/BH

O Departamento Jurídico da DS/BH tem procurado atuar junto à categoria atendendo sempre as demandas. A diretora jurídica da DS/BH, Ana Maria dos Reis e a advogada, Patrícia Armani realizam plantão jurídico semanal na sede do sindicato às terças-feiras, de 14 às 18 horas. Neste plantão os filiados podem esclarecer dúvidas e obter informações sobre o andamento das ações judiciais de interesse da classe pessoalmente ou por telefone. O Departamento Jurídico da DS/BH também é responsável pela divulgação de informações sobre os processos para os filiados.

O Sindifisco Nacional contratou, através do Programa de Assistência Ju-



Patrícia Armani e Ana Maria dos Reis no plantão jurídico da DS/BH

rídica Individual (AJI), os advogados criminalistas, Rodrigo Dornas de Oliveira e Laércio Paulo de Oliveira, para prestarem assessoria aos filiados da região metropolitana de Belo Horizonte e

das cidades de Montes Claros, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Segundo informações da diretora Jurídica da DS/BH, Ana Maria dos Reis, todos os processos dos filiados do

ex-Sindifisp/MG e da Fena-fisp estão sendo digitalizados para facilitar a consulta aos dados processuais, e continuam sendo acompanhados atenciosamente pelo Departamento Jurídico da entidade.

A Diretoria Jurídica da DS/BH solicita aos filiados que mantenham seus dados pessoais, endereço e telefone de contato, atualizados, uma vez que muitos processos se encontram em fase de execução, e há dificuldade em fazer contato com alguns dos filiados. A falta de atualização de dados acarreta em atraso nos processos e corre o risco do filiado ser prejudicado podendo, inclusive, perder a ação por falta de manifestação.

Diretoria Jurídica Sindifisco Nacional

A Diretoria Jurídica do Sindifisco Nacional é composta por três diretores: Sebastião Braz, Wagner Teixeira Vaz e Luiz Henrique Behrens Franca.

Segundo informação de Luiz Henrique, que também é secretário geral da DS/BH, no início da atual gestão foi feita uma divisão temática entre os diretores jurídicos, para permitir uma maior especialização no acompanhamento de determinadas ações. Dessa forma, Sebastião Braz cuida mais das ações da Fenafisp e dos sindicatos estaduais, Wagner Vaz cuida das novas ações e da Assistência Jurídica Individual (AJI); e Luiz Henrique é responsável pelas ações do ex-Unafisco Sindical. O diretor esclare-

ce que tem procurado se inteirar de todas as ações e frequentemente se reúne com os demais integrantes da pasta para repasse de informações e acompanhamento.

O Departamento Jurídico do Sindifisco Nacional possui atualmente 20 funcionários, dos quais oito são advogados e os demais são assistentes ou estagiários. Essa equipe é responsável pela confecção de pareceres jurídicos, ajuizamento de ações, acompanhamento e cumprimento de prazos judiciais para as ações em curso, controle das ações e das execuções, a concessão e controle da AJI e a prestação de informação aos filiados, dentre outras tarefas.



Rodrigo Cartafina, Sebastião Braz, Priscila Baccile e Luiz Henrique Behrens Franca do jurídico do Sindifisco Nacional

Atualmente, existem mais de 400 ações de conhecimento em curso, em diversas fases, patrocinadas tanto pelos advogados do sindicato como por escritórios terceirizados. Somente as ações dos 28,86%

e da GDAT do Unafisco, por exemplo, geraram mais de 3.500 processos de execução. O Departamento Jurídico recebe cerca de 100 e-mails/dia e elabora entre 200 e 400 publicações judiciais por semana, que

geram em torno de 40 prazos de recursos, contra razões e informações a serem cumpridos, além das inúmeras ligações telefônicas e visitas diárias dos filiados que o departamento recebe. Ao todo, são mais de 5.500 processos acompanhados e controlados por essa equipe, por meio do sistema *push* dos tribunais.

O programa Jurídico Atuarante foi implantado pela Diretoria de Assuntos Jurídicos com o objetivo de conhecer as demandas judiciais e os advogados patronos dos sindicatos estaduais, cobrando deles o fornecimento de relatórios para que se possa verificar e controlar o andamento das ações. Além disso, o programa permite um contato mais direto com os filiados e serve para lhes fornecer informações sobre as diversas ações e esclarecer dúvidas. O Jurídico Atuarante já visitou mais de 10 capitais e mais algumas DS que solicitaram a visita. A meta do programa é que até o final de 2011 todas as capitais brasileiras tenham sido visitadas.

Consulta a processos

A Diretoria Jurídica en-

viou para a casa dos filiados em novembro de 2010 a primeira edição do Boletim Jurídico. De acordo com Luiz Henrique, devido ao custo, a expectativa é que se produza uma atualização trimestral para publicação no site da entidade e que anualmente seja enviada a edição impressa para os filiados. A outra forma que o filiado tem para buscar informações a respeito de ações nas quais seja parte é o próprio site, no acompanhamento processual, na área restrita. Esse acompanhamento é feito por meio de um software denominado Global Office, que ainda está em desenvolvimento. Quando estiver totalmente operacional, o software permitirá que o filiado acompanhe suas ações quase em tempo real. "Ainda resta muito a ser feito, principalmente na digitalização dos processos e na interface com o poder judiciário, para que o próprio software atualize automaticamente o andamento. Essa tarefa levará algum tempo para estar inteiramente concluída, já que envolve não só o departamento jurídico como também os escritórios terceirizados e o próprio Po-

der Judiciário", afirmou o diretor.

Conquistas

Em 2010 e 2011, o Departamento Jurídico conseguiu decisões favoráveis, entre outras, nas ações do fosso salarial; da permissão de se acumularem adicionais noturnos e de hora extra ao subsídio (ainda em 1ª instância); da greve de 2008, julgada legítima no STJ; contra o uso da denominação "carreira de auditoria" pelo Sindireceita; os mandados de injunção 1616 e 1614, recentemente concedidos pelo STF; da proibição de abate-teto no recebimento de pensão cumulada com proventos de aposentadoria; e no reajuste das aposentadorias e pensões pelo mesmo índice do RGPS. Houve também uma vitória na edição de orientação normativa que permite o cômputo como de serviço público do tempo trabalhado na administração direta e indireta da União, Estados e municípios. Essa era uma demanda há muito tempo aguardada pelos filiados. Esse rol de vitórias demonstra o acerto na estratégia da Diretoria Jurídica de selecionar as ações judiciais

mais sensíveis aos interesses dos Auditores-Fiscais para serem propostas e acompanhadas por escritórios de advocacia célebres e tradicionais em suas especialidades e com advogados renomados no meio jurídico. Em 2011 a Diretoria Jurídica do Sindifisco Nacional, de acordo com Luiz Henrique, pretende aperfeiçoar as estratégias para continuar alcançando vitórias jurídicas, além de consolidar e manter as já obtidas.

Assistência Jurídica Individual (AJI)

Programa criado pelo então Unafisco Sindical, mantido e ampliado no Sindifisco Nacional. A AJI é um importante benefício à disposição do filiado. Desde a sua implantação em 2004, já foram deferidos mais de 2100 atendimentos e a cada mês são mais 40 atendimentos, em média. Os filiados podem contar com um atendimento feito por profissionais especializados quando enfrentam processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas atribuições funcionais ou para a defesa de outros direitos relacionados ao exercício do cargo.

Informações Processuais



JURÍDICO

Correção Monetária GEFA ex-Sindifisp-MG

Comunicamos aos filiados do ex-Sindifisp-MG que a relação nominal dos beneficiários da ação da GEFA (Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Tributos Federais), no período de 31/12/89 a 30/06/91, referente ao processo nº 1999.38.00.000197-9, está disponível na área restrita do site da DS/BH.

Segundo informações do Departamento Jurídico do Sindifisco Nacional, esse processo aguarda decisão judicial sobre os Embargos Declaratórios. Tão logo estes embargos sejam julgados, a Diretoria Executiva Nacional do Sindifisco procurará a (AGU) Advocacia Geral da União, para verificar a possibilidade de acordo.

Processo dos 28,86% Nº 1999.38.00.022419-0

O processo nº 1999.38.00.022419-0, relativo ao reajuste de 28,86% do Sindifisp/MG, que tramita na 20ª vara Federal em Belo Horizonte, está em fase de execução.

A Diretoria Jurídica do Sindifisco Nacional encaminhou as fichas financeiras à empresa para que esta realize os cálculos. Os 10 beneficiários deste processo receberão correspondência de Termo de Autorização para a execução.

Processo dos 3,17% Nº 1997.38.00.008147-2

Informamos que o processo nº 1997.38.00.008147-2 da diferença de 3,17%, ação movida pelo ex-Sindifisp/MG na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte encontra-se atualmente em início de execução.

A DS/BH efetuou o confronto de dados com o Mandado de Segurança 4151/DF, impetrado no Superior Tribunal de Justiça – STJ - pela ex-Fenafisp que também pleiteia a diferença de 3,17% e encontra-se em execução.

Para agilizar o processo e evitar que o filiado tenha que arcar com custas de honorários advocatícios em dois processos e possível condenação pela justiça de custas e sucumbências por litispendência, o jurídico da DS/BH encaminhou carta de Autorização de Execução apenas para aqueles filiados que se encontravam somente no processo do ex-Sindifisp/MG.

Quanto aos filiados que se encontram no processo do ex-Sindifisp/MG e no Mandado de Segurança da ex-Fenafisp, a Diretoria Jurídica do Sindifisco Nacional está elaborando carta para que esses tenham ciência de que se encontram nos dois processos (ambos em execução), para fazer a opção pelo processo no qual desejam permanecer.

Precatório GDAT 2011 ex-Unafisco Sindical

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Sindifisco Nacional informa que foram liberados os precatórios da GDAT (Gratificação de Desempenho de Atividades Tributárias) com pagamento para este ano. A informação de que o montante seria disponibilizado no primeiro semestre de 2011 foi veiculada na edição nº 39 do Idaap, publicação do Sindicato voltada a aposentados e pensionistas. Vale ressaltar que tem direito a esta gratificação apenas um grupo específico de filiados que se enquadram no MS (Mandado de Segurança) 1999.34.00.026435-1 e tiveram a execução inscrita em precatório até 1º de julho do ano passado. Por

medida de segurança, a listagem com os nomes de cada um dos filiados beneficiados pela ação foi reencaminhada às Delegacias Sindicais, onde pode ser conferida pelos interessados.

Os incluídos na lista devem se dirigir ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, com o número do CPF para o recebimento. Para saber em qual instituição financeira está depositado o precatório, acessar o site do TRF1 (Tribunal Regional Federal – 1ª Região) no endereço www.trf1.jus.br seguindo os passos: clicar em “Consulta Processual” (no menu à esquerda na página), seguido de “Tribunal Regional Federal da 1ª Região”. Na tela seguinte, será apresentado novo menu à esquerda contendo as opções “Nome da parte” e “CPF/CNPJ da parte”. Basta escolher a opção conveniente e preencher com a informação solicitada.

STJ reverte primeiro processo de 2,2% para 28,86% integrais

O ministro Cesar Asfor Rocha, da 2ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em 15 de junho proferiu decisão no julgamento do Recurso Especial nº 1.252.205-AL e reformou o acórdão do TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região), que havia concedido apenas 2,2% de reajuste sobre a RAV (Retribuição Adicional Variável), passando a conceder os 28,86% integrais.

Na decisão, o ministro considerou que os 28,86% devem incidir sobre a retribuição, uma vez que existiam Auditores-Fiscais posicionados na classe/padrão A-III, base de cálculo da RAV, antes da edição da Lei 8.627/93 e que por isso não obtiveram qualquer reajuste. Essa decisão, embora ainda caiba recurso, abre a possibilidade de consolidação, no STJ, do descabimento da tese da União de que seriam devidos apenas 2,2%.

Nos últimos meses, além da excelente decisão acima referida, houve outros avanços no sentido de manutenção dos 28,86% integrais sobre a RAV, sendo afastadas as pretensões da União em sentido contrário. Como exemplo, cita-se a unânime negativa de provimento ao Agravo Regimental da União pela 1ª Turma do STJ (in AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.295.418 - PE (2010/0061429-1), Min. Rel. Benedito Gonçalves).

Tramitação de PEC de interesse dos Auditores-Fiscais no Congresso Nacional

A Diretoria de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional, composta pelos diretores João Santos (vice-presidente da DS/BH) e Geraldo Secundino, tem atuado junto aos parlamentares para que as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) 555/2006 (extingue a contribuição previdenciária dos servidores aposentados), 210/2007 (restabelece o adicional por tempo de serviço para todos os servidores remunerados por subsídio) e 270/2008

(garante a integralidade e a paridade plena a quem se aposentar em função de invalidez permanente) sejam incluídas na pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados. As três propostas já foram aprovadas nas respectivas Comissões Especiais e aguardam serem incluídas na pauta para votação em plenário.

Para desenvolver este trabalho, a Diretoria de Assuntos Parlamentares tem contado com apoio constante dos Auditores-Fiscais que participam do

trabalho parlamentar em Brasília.

A PEC 443/2009, que trata do subsídio máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, que corresponderá a 90,25% do subsídio de ministros do Supremo Tribunal Federal, foi desarquivada na atual legislatura. O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), editou em 9 de junho o ato de criação da Comissão Especial para proferir o parecer da matéria.

O Sindifisco Nacional tem trabalhado para a indicação, pelos líderes partidários, dos membros dessa Comissão Especial. Ao mesmo tempo, busca o diálogo com as demais carreiras contempladas nesta PEC, para que os Auditores-Fiscais possam ser incluídos na proposição. “Estamos engajados na luta pela inclusão de nossa carreira na PEC 443 e também pela sua aprovação no plenário da Câmara dos Deputados”, concluiu João Santos.

Diretor do Diap analisa o papel do sindicato na atual conjuntura política

Nesta edição do Jornal da DS/BH apresentamos entrevista especial com o jornalista, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap, que fez uma análise sobre o papel do sindicato na atual conjuntura política e econômica do país. Antonio Queiroz é autor de livros e publicações como “Por dentro do governo - como funciona a máquina pública”, “Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis”, “Quem Foi Quem na Constituinte”, série “Cabeças do Congresso Nacional” - pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes, “Movimento Sindical - passado, presente e futuro”, “Eleição Municipal - Manual do candidato” e “Radiografia do Novo Congresso”, dentre outros.

DSBH - Tendo como base a conjuntura política atual, qual é o papel que o sindicato deve desempenhar perante sua categoria? E qual seria o papel a ser desempenhado diante da sociedade?

Antonio Queiroz - O sindicato exerce quatro funções fundamentais: representar, organizar, reivindicar e educar para a cidadania. Deve, na medida do possível, combinar os interesses da categoria com os interesses gerais do povo.

DSBH - Atualmente existe grande necessidade de fortalecimento dos sindicatos. Discutir políticas públicas principalmente aquelas atinentes à categoria por eles representada pode contribuir para esse fortalecimento? Que outras medidas também poderiam ser adotadas?

Antonio Queiroz - O Estado moderno tem ampliado a governança participativa e os sindicatos têm um papel fundamental nos fóruns, colegiados e instâncias em que temas de interesse dos trabalhadores, servidores e aposentados são debatidos. A experiência das lideranças sindicais é um diferencial importante nos processos de formulação de políticas públicas.

DSBH - Como a transformação dos movimentos sindicais interferiu na estrutura do Estado brasileiro?

E como pode ser avaliado o engajamento político dos movimentos sociais na atual conjuntura política? Quais suas dificuldades e limites na relação com o Estado?

Antonio Queiroz - A organização sindical foi uma das invenções mais criativas da humanidade, porque permite a distribuição de renda de forma pacífica, negociada, sem o uso de barbárie. As grandes transformações do Brasil nos últimos anos tiveram as digitações do movimento sindical: a luta pela anistia, pelas diretas-já pela constituinte, pelo impeachment de Collor, enfim, pela remoção do entulho autoritário e pela volta da democracia, com justiça social.

DSBH - Como deve ser trabalhada a imagem do Auditor-Fiscal perante a sociedade? E como essa imagem pode interferir na conjuntura política atual?

Antonio Queiroz - O Estado moderno possui três monopólios: o de legislar, o de arrematar exércitos e de tributar. Os auditores são os responsáveis por este último. E sua contribuição tem sido extraordinária, tanto na defesa da justiça fiscal, quanto na arrecadação de recursos suficientes para que o Estado cumpra a sua função social, especialmente na área da seguridade (previdenciária, assistência e saúde pública). O Auditor, infelizmente, é visto como algoz dos contri-

buintes (pessoas físicas e jurídicas), mas não é percebido como alguém indispensável ao combate à concorrência desleal e como responsável pela receita do Estado, sem a qual os governos não poderão combater os desequilíbrios que o mercado não tem condições nem vocação para fazê-lo.

DSBH - Segundo levantamentos, com a ascensão social dos últimos 10 anos e o consequente aumento do consumo, 60 % dos brasileiros encontram-se endividados. Desses, 70% têm direcionado suas dívidas para cartões de crédito, parcelando em até 60 meses, com juros altíssimos. Como esse endividamento interfere na carreira dos Auditores-Fiscais e demais servidores públicos federais?

Antonio Queiroz - É verdade que as famílias estão endividadas, mas no caso dos servidores públicos federais, além de reestruturações remuneratórias recentes, eles dispõem do crédito consignado, cujas taxas de juros são bem menores que as dos cartões de crédito. A solução, no caso de parcelamento no cartão de crédito, seria substituir a dívida por outra com menos juros. De qualquer maneira, as pessoas precisam



controlar suas despesas, de modo que não gastem a maior parte de seu salário com juros. O salário do auditor fiscal não é baixo, qualquer que seja o parâmetro, logo é possível manter um padrão de vida elevado com dívidas sob controle.

DSBH - Na sua opinião, quais os principais desafios que o governo Dilma Rousseff enfrentará?

Antonio Queiroz - O desafio é manter o crescimento com democracia e distribuição de renda.

DSBH - E quais serão os maiores desafios que o movimento sindical deverá enfrentar diante do governo Dilma Rousseff?

Antonio Queiroz - É manter o atual grau de interlocução com o governo, para que continue influenciando nos conteúdos das políticas públicas e também mantenha a unidade de ação atual, especialmente das centrais, que tem espaço garantido nas instâncias de debate. Uma das prioridades é garantir uma política salarial permanente, que atualize e preserve o poder de compra dos salários.

